

Explicações de suspeitos em caso da "rachadinha" são incongruentes, diz MP

Rodrigo Piomonte

ESCÂNDALO NA CÂMARA

Investigados em um suposto caso de "rachadinha" - que envolve o presidente afastado da Câmara de Campinas, o vereador Zé Carlos (PSB) -, o subprefeito Nilton Cesar de Souza do distrito de Nova Aparecida - tradicional reduto eleitoral do peesbista - e dois subordinados não conseguiram convencer o Ministério Público (MP) sobre a atípica movimentação financeira identificada nos seus extratos bancários entregues aos promotores. "Rachadinha" é um termo popular referente à retenção de parte dos salários de assessores para favorecer um parlamentar. O promotor quer esclarecer o motivo pelo qual o subprefeito, que exerce o cargo há 12 anos, recebe depósitos mensais dos dois funcionários da subprefeitura e de empresas.

Depósitos na conta de subprefeito variam de R\$ 1.050 a R\$ 1.600

O nome do subprefeito e dos dois funcionários que trabalham no local, identificados como Alexandre e Alexandre, apareceram na investigação do MP por conta de suposta ligação com Zé Carlos, mas ambos negam. Zé Carlos também nega envolvimento no caso. Os depoimentos prestados ao MP foram realizados no último dia 17 ao promotor que investiga o caso, Angelo Carvalhaes. As oitivas foram rejeitadas por conta da negativa inicial dos envolvidos na ocasião dos primeiros depoimentos, em maio. Na época, todos negaram apresentação dos extratos bancários.

Os promotores identificaram depósitos mensais efetuados pelos servidores comissionados Alexandre e Alessandro em valores que variam de R\$ 1.050 a R\$ 1.600 na conta do subprefeito de Nova Aparecida. Em depoimento, eles justificaram que os montantes seriam referentes ao pagamento de despesas financeiras supostamente contraídas a partir do uso do cartão de crédito emprestado pelo subprefeito aos dois funcionários.

Os dois servidores afirmaram ao promotor que recebem vencimentos mensais de cerca de R\$ 7 mil, mas usam o cartão de crédito do subprefeito porque não possuem crédito e enfrentam dificuldades financeiras. Os extratos apresentados foram do ano de 2021, período em que os dois servidores comissionados trabalharam na subprefeitura, mas a suspeita é a de que os depósitos acontecem mensalmente há cerca de dois anos.

Além de tentar entender o motivo dos depósitos feitos pelos dois funcionários na conta bancária do subprefeito, o MP também busca esclarecer a razão de haver também depósitos feitos para a conta de outro servidor comissionado,

Justificativa para depósitos em conta não convence promotor

MP aperta o cerco contra os investigados na "rachadinha" envolvendo Zé Carlos



Viaturas da Polícia Militar deixam o estacionamento da Câmara Municipal de Campinas no dia em que o Ministério Público cumpriu ordem de busca e apreensão na Casa de Leis

Rogério Sandoval, este ligado ao vereador José Carlos. Sandoval prestava serviço para a mesa diretora da Câmara e foi demitido na semana passada pela vereadora Debora Palermo (PSB), presidente em exercício da Casa de Leis. Sandoval era motorista do vereador Zé Carlos.

Nos extratos bancários apresentados pelo subprefeito, além dos depósitos de

seus dois funcionários, também foi verificado pelo MP movimentações relacionadas a pessoas jurídicas: um bar, uma casa de rações e uma empresa de compressores. No depoimento, o subprefeito alegou que empresta dinheiro para essas empresas. O subprefeito afirmou possuir um salário de cerca de R\$ 12 mil.

"Todos esses depósitos pa-

ra pessoas que constam aqui e que o senhor afirma que são pessoas que o senhor ajuda, empresas também. São bem estranhos. O senhor é um servidor público, não um agiota ou um comerciante para ficar com tanta transação sem comprovação na sua conta bancária. É a sua versão, embora eu não acredite. Só quero aqui registrar", disse o promotor Angelo Carvalhaes,

em trecho do material que a reportagem do Correio Popular teve acesso.

Diante das incongruências que ficaram nas oitivas, o MP fixou o prazo de dez dias para que o subprefeito apresente novos extratos, inclusive de outra conta bancária que alegou possuir no Banco do Brasil. O servidor afirmou manter a conta por conta do pagamento de uma dívida que

mantém com a instituição. O promotor também deseja uma confirmação por escrito das pessoas e empresas que constam nas movimentações financeiras até agora apresentadas pelo subprefeito para certificação do recebimento das quantias e os motivos.

O suposto esquema de "rachadinhas" é investigado pelo MP desde o final do ano passado. Denúncias apareceram contra dez parlamentares. A maioria dos casos foi arquivada, exceto os que envolvem os nomes dos vereadores Zé Carlos, Otto Alejandro (PL), Edson Ribeiro (PSL) e Perminio Monteiro (PSB), que seguem sendo apurados.

Em outra investigação, o MP aponta o vereador Zé Carlos como mentor de um esquema de corrupção que envolve a cobrança de propina para prorrogação de contratos terceirizados do Poder Legislativo campineiro. Esse caso é investigado também por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara. Zé Carlos se afastou do cargo de vereador e da presidência da Casa por conta das denúncias.

CPI da Propina recebe documentação sobre reforma

A Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Propina, que investiga denúncias de pedido de vantagens indevida para a prorrogação de contratos terceirizados da Câmara Municipal, recebeu ontem a documentação referente ao contrato de reforma do plenário da Casa. O procedimento foi instaurado para investigar uma denúncia de suposta irregularidade na contratação de uma empresa

para executar obra de reforço e recuperação da estrutura do 1º e 2º pavimentos do prédio. De acordo com a denúncia, haveria um superdimensionamento do peso do aço, graute, eletrodos revestidos, resina epóxi, dentre outros. O denunciante, que tem o nome mantido sob sigilo, disse ainda que o edital estaria confuso, pois, ao escolher a modalidade de custo unitário e prever o

pagamento por fases e etapas, deu margem a um "jogo de planilhas". Desde que foi iniciada a recuperação da estrutura do 1º e 2º pavimentos do prédio do plenário da Câmara Municipal de Campinas, as sessões passaram a ocorrer no Teatro Bento Quirino, no Centro. A CPI também aguarda para amanhã o depoimento do empresário responsável pelo contrato da TV Câmara. O

empresário foi o responsável por gravar conversas com o presidente afastado Zé Carlos, em que o então presidente da Casa aparece pedindo vantagens indevidas para que fosse possível manter o contrato de empresa de operação da emissora, no valor de R\$ 4,7 milhões, com a Casa de Leis. O vereador Marcelo Silva (PSD), autor das denúncias ao MP, também deve ser ouvido pelos membros da CPI.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 4